



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 393

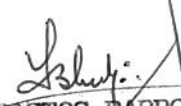
Feito : Processo Nº 488/91-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro MARCILIANO REIS FLEMING
Assunto : Contratos de Prestação de Serviços firmados entre a Companhia de ~~Eletri~~
cidade do Acre "ELETROACRE" e as Firms Iguau Materiais Elétricos e
Construções; J.E.Elias de Souza-ME; Grafite Encadernação; A. Merched ?
Rádio Difusora; Contemag Coldar e Boucinhas Campos e Claro S/C.

Contratos de Prestação de Serviços
celebrados entre a ELETROACRE e as
firms IGUAU MATERIAIS ELÉTRICOS
E CONSTRUÇÃO e OUTROS-considerados
regulares, com ressalvas.
Arquivamento do feito.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo
Nº 488/91, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas
do Estado do Acre, à unanimidade, acolher ante as razões expostas, o voto
do Conselheiro Relator, parte integrante deste julgado, no sentido de considerar
regulares, com ressalvas os Contratos, em exame e legais as despesas decorrentes
e, consequentemente, pelo arquivamento do processo, atendidas as formalidades
de estilo.-

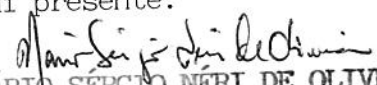
Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do
Acre.

Rio Branco-Ac, 19 de maio de 1993.


Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Presidente


Cons. MARCILIANO REIS FLEMING
Relator

Fui presente:


MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do M.P.E.

BAL. DE CONTAS		ESTADO DO ACRE	
Este documento		emitido no	
JORNAL OFICIAL DO ESTADO N.º 6.044			
de	03	/	06 / 1883
			fls. 15
Secretaria		do Fianário	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSOS Nº 485, 487, 488, 550, 553, 678, 681, 701, 840 e
964/91.

RELATOR: CONSELHEIRO MARCILIANO REIS RLEMING

ASSUNTO: CONTRATOS FIRMADOS ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES DIRETA
E INDIRETA, ESTADUAL, MUNICIPAL E PARTICULARES.

RELATÓRIO:

Os processos em referência tratam de contratos e convênios firmados entre as Administrações Direta e Indireta, Estadual, Municipal e Particulares, para execução de obras e serviços diversos.

Os Técnicos designados apontaram inúmeras irregularidades, cujos Pareceres encontram-se às fls.: 42/75 - processo - 485/91; 24/46 - proc. 487/91; 51/105 - proc. 488/91; 12/14 e 61/64 - proc. 550/91; 30/38 e 42/52 - proc. 553/91; 13/16 e 37/39 - proc. 678/91; 15/15-A e 22/26 - proc. 681/91; 20/21 e 52/57 - proc. 701/91; 67/77 e 79/82 - proc. 840/91 e 13/20 e 29/30 - proc. 964/91.

O Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, ao analisar os processos em questão, achou por bem unificar seu Parecer, entendendo, pelo que se infere, que todos guardam os mesmos vícios, plenos de erros nos procedimentos adotados, isto é, "eivados, generalizadamente, de irregularidades", consoante afirma. Dentro desse posicionamento e, obviamente, visando economia procedimental, o fiscal da lei, juntou, em cada um dos aludidos processos, cópia de sua douda promoção, apontando, *mutatis mutandis*, o seguinte: falta de extratos bancários; descumprimento ao D.L. nº 2300/86, à Resolução TCE/AC nº 11/91 e à Lei 4320/64, no que se refere aos procedimentos licitatórios, aos contratos e a liquidação de despesas; contratos que não traduzem os requisitos do D.L. 2300/86 (art. 45 e itens).

Ao concluir, o Órgão Ministerial opinou no sentido




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

de que sejam notificados os responsáveis, para que não voltem a incidir nestes erros, informando-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Assembléia Legislativa sobre os fatos apurados e, finalmente pelo "arquivamento dos feitos".

Os processos vieram-me por distribuição, na forma regimental.

É o relatório.

Rio Branco-AC, 14 de maio de 1993.


Marcelino Reis Flentz
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSOS Nº 485, 487, 488, 550, 553, 678, 681, 701, 840 e 964/91.

RELATOR: CONSELHEIRO MARCILIANO REIS FLEMING

ASSUNTO: CONTRATOS FIRMADOS ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA, ESTADUAL, MUNICIPAL E PARTICULARES.

CONCLUSÃO E VOTO:

De acordo com a análise procedida nos processos precitados, sub Parecer-Prévio, ficou visto no Relatório que se tratam de contratos e convênios celebrados entre a Administração Direta e Indireta (como contratantes e/ou convenientes) e Particulares diversos (como contratados e/ou conveniados), sendo importante salientar, embora sabido, a distinção entre contrato e convênio. Porém o D.L. nº 2300/86, prestes a ser revogado, ao que se afigura em sua base jurídica, não faz referência a convênio, mas tão-somente a contrato.

Assim, na lição do insigne Hely Lopes Meirelles, in Curso de Direito Administrativo Brasileiro: "Convênio é acordo, mas não é contrato. No contrato as partes têm interesses diversos e opostos; no convênio os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Por outras palavras: no contrato há sempre duas partes (podendo ter mais de dois signatários) uma que pretende o objeto do ajuste (a obra, o serviço etc), outra que pretende a contraprestação correspondente (o preço ou qualquer outra vantagem), diversamente do que ocorre no convênio, em que não há partes, mas unicamente partícipes, com as mesmas pretensões (grifei).

Por essa razão, no convênio a posição jurídica dos signatários é uma só, idêntica para todos, podendo haver apenas diversificação na cooperação de cada um, segundo suas possibilidades para a consecução do objeto, como desejado por todos".

Ocorre, porém, que os processos em questão, pelo que se vê, não suportam profunda perquirição. Pois datam de 1991 e, a rigor, devem ter sido incorporados às prestações de contas de cada um dos órgãos das respectivas entidades, na forma determinada pelo art. 23 da Lei de Organização do Poder Judiciário.

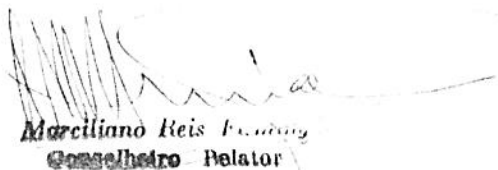


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ter ocorrido, tornando-os, portanto, sem objeto.

Diante do exposto, voto considerando regular, com ressalvas, os contratos e convênios em exame, e legais as despesas deles decorrentes. Pelo registro e arquivamento do feito.

Rio Branco-AC, 19 de maio de 1993.


Marcelliano Reis
Conselheiro Relator